UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE SERGIPE

revista

tempos e espaços em educação

JANEIRO | JUNHO - 2012

ISSN 1983-6597

Editora UFS

UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE SERGIPE

revista

tempos e espaços em educação

JANEIRO | JUNHO - 2012

ISSN 1983-6597

Editora UFS

São Cristóvão | 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Angelo Roberto Antoniolli
REITOR

André Maurício Conceição de Souza
VICE-REITOR

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Péricles Morais de Andrade Júnior
COORDENADOR DO PROGRAMA EDITORIAL

Germana Gonçalves de Araujo
COORDENADORA GRÁFICA DA EDITORA UFS

O CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UFS
Adriana Andrade Carvalho
Albérico Nogueira de Queiroz
Ariovaldo Antônio Tadeu Lucas
Dilton Candido Santos Maynard
Eduardo Oliveira Freire
José Raimundo Galvão
Leda Pires Correa
Maria Batista Lima
Maria da Conceição V. Gonçalves
Maria José Nascimento Soares
Pericles Morais de Andrade Júnior
Vera Lúcia Correia Feitosa

Débora Santos Santana
CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"
CEP 49.100-000 – São Cristóvão – SE.
Telefone: 2105 – 6922/6923. e-mail: editora@ufs.br
www.ufs.br/editora editoraufs.wordpress.com

Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita da Editora.
Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009.

REVISTA TEMPOS E ESPAÇOS EM EDUCAÇÃO

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Número 08, janeiro/junho 2012 | ISSN: 1983-6597

A revista tempos e espaços em educação é uma publicação destinada ao público acadêmico da área de Educação.
Os conteúdos dos artigos são de inteira responsabilidade dos seus autores.
Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, desde que devidamente citada a fonte.

Editora
Eva Maria Siqueira Alves

Editor Assistente
Fábio Alves

Conselho Editorial

Ana Maria Freitas Teixeira - Universidade Federal de Sergipe
Bruno Bontempi Júnior – Universidade de São Paulo
Écio Antônio Portes – Universidade Federal de São João Del Rei
Edmilson Menezes - Universidade Federal de Sergipe
Henrique Nou Schneider - Universidade Federal de Sergipe
Iran Abreu Mendes – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Jorge Carvalho do Nascimento - Universidade Federal de Sergipe
Luiz Eduardo Oliveira - Universidade Federal de Sergipe
Margarida Louro Felgueiras – Universidade do Porto, Portugal
Maria Helena Santana Cruz - Universidade Federal de Sergipe
Maria Inêz Oliveira Araujo - Universidade Federal de Sergipe
Ronalda Barreto Silva– Universidade do Estado da Bahia
Paulo Sérgio da Costa Neves - Universidade Federal de Sergipe
Sônia Meire Azevedo de Jesus - Universidade Federal de Sergipe

Pareceristas ad hoc deste número

Marlécio Maknamara Cunha
Maria José Nascimento Soares
Marco Antonio Barzano
Leda Maria de Almeida
Fabiano Ferreira de Castro
Marizete Lucini
Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho
Rosa Maria Feiteiro Cavalari
Suely Cristina Silva Souza

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Angelo Roberto Antoniolli
REITOR

André Maurício Conceição de Souza
VICE-REITOR

Marcus Eugênio Oliveira Lima
PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Profª Drª Eva Maria Siqueira Alves
COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Prof. Dr. Edmilson Menezes Santos
VICE-COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Correspondências e assinaturas:
Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe
Editor: Profª Drª Eva Maria Siqueira Alves
Cidade Universitária José Aloísio de Campos
Avenida Marechal Cândido Rondon
CEP: 49000-000 – São Cristóvão – SE
Tel: (79) 2105 6856
E-mail: npged@ufs.br
Homepage: http://www.ufs.br

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Revista Tempos e Espaços em Educação / Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. – n.8 (jan./jun. 2012)- . – São Cristóvão : Editora UFS, 2011-

Semestral

ISSN: 1983-6597

1. Educação. 2. Educação ambiental. 3. Educadores. I. Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Educação

CDU 37

Esta Revista é integrante da Plataforma dos Periódicos Eletrônicos/ UFS (www.posgrap.ufs.br/periodicos) e conta com o apoio institucional da Pró-Reitoria de Pós--graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe.

Política Editorial
A Revista Tempos e Espaços em Educação é uma Revista semestral do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, com contribuições de autores do Brasil e do exterior. Publica trabalhos em educação e ciências humanas sob a forma de artigo, relato de pesquisa e resenha de livro.

Pede-se permuta
Se pide canje
We ask for exchange
On demande l'echange
Man bittet um Austausch
Si richiede lo scambo

Sumário
ARTIGOS

DA PRÁXIS PARTICIPATIVA À EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: ANÁLISES DE PROPOSTAS FORMATIVAS DE EDUCADORES AMBIENTAIS DA BAIXADA FLUMINENSE **11** *Aline Lima de Oliveira* *Mauro Guimarães*

AMBIENTE, EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE **27** *Maria da Conceição Pereira Ramos*

MEIO AMBIENTE, TRANSPORTES E POLUIÇÃO **41** *Olívio Patrício*

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO PEDAGOGICA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA UNIDADE DE SAÚDE JOÃO BEZERRA EM ARACAJU - SERGIPE **57** *Valéria Barreto Soares* *José Adelmo de Oliveira*

OS MAPAS MENTAIS COMO SUPORTE À CARTOGRAFIA: UM ESTUDO COM FUTUROS PEDAGOGOS **65** *Ana Luzia de Barros Andrade Marques* *Deise Juliana Francisco*

FORMAÇÃO CONTINUADA NO AMAPÁ: AS PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES SOBRE O ENCONTRO PEDAGÓGICO DOS MUNICÍPIOS **75** *Eliodete Coelho Bezerra* *João Augusto Gentilini*

A PEDAGOGIA INTERCULTURAL NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – COMPROMISSO SOCIAL DAS IES NO BRASIL **95** *Maria Josefa de Menezes Almeida*

PROCESSO DE BOLONHA E INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR **107** Maria Neide Sobral Natália Ramos

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO **117**

Processo de Bolonha e internacionalização do ensino superior[1]

Maria Neide Sobral[2]
Natália Ramos[3]

Resumo

A Declaração de Bolonha (1999) foi um marco no âmbito das políticas de Educação Superior da União Europeia na construção de um modelo educativo que tem assumido características internacionais. Os programas de intercâmbios, mobilidade de estudantes, professores e pessoal administrativo e a integração das Tecnologias da Informação e Comunicação à Educação têm fomentado novos desafios para as universidades. Um deles é incorporar a interculturalidade enquanto princípio educativo e comunicacional para dar conta da diversidade cultural de estudantes oriundos de diferentes países. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica e documental com o objetivo de mapear políticas e programas sobre o ensino superior e seu caráter transnacional. Além disso, evidenciam-se enunciados sobre o papel da União Europeia na difusão de uma cultura educativa intercultural, com tendência a constituir-se em uma nova ordem educativa mundial.

Palavras-chave: Ensino superior. Tecnologias da informação e comunicação e interculturalidade. Transnacionalidade.

The Bolgna Process and the Internationalization of Higher Education

Abstract

The Bologna Declaration (1999) was a milestone in the policies of Higher Education of the European Union, the construction of an educational model that has taken on international characteristics. The exchange programs, mobilizing students, teachers and administrative staff and the integration of Information and Communication Technologies for Education have fostered new challenges for universities. One is to incorporate intercultural, educational and communicational as a principle to give against the cultural diversity of students from different countries. Mapping was policies and programs on higher education and its transnational character, it becomes clear statements about the European Union's role in the dissemination of a culture intercultural education, with a tendency to form themselves into a new world order education.

Keywords: Higher education. Information technology and communication and intercultural. Transnational

---

[1] Pesquisa financiada pela CAPES, em nível de pós-doutoramento, realizada na Universidade Aberta, em Portugal.

[2] Professora doutora da Universidade Federal de Sergipe, vinculada ao Departamento de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: neidesobral@hotmail.com

[3] Professora Doutora Natália Ramos, Professora Associada da Universidade Aberta, vinculada ao Departamento de Ciências Sociais e de Gestão e Pesquisadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da UAb.

Aproximações iniciais

O provérbio português "Quem foi rei, nunca deixa a majestade" se encaixa perfeitamente na atual conjuntura do ensino superior europeu, com o papel assumido pela União Europeia (UE) na difusão de programas que intensificam a mobilidade e as trocas culturais entre sistemas educativos no mundo ocidental. Renascem e/ou afirmam-se razões etnocêntricas do velho continente em buscar a majestade perdida, após intensas lutas históricas de descolonização e de afirmação dos Estados-nações.

Sabemos que a Europa, através do processo de colonização, acabou por impor modelos educativos em vários locais por onde seu domínio foi estendido. Essa supremacia histórica de ordem política, econômica, religiosa e cultural foi perdendo força, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, que deixou o continente devastado e assustado. Lutar pela paz e contra os movimentos políticos ultranacionalistas, e todas as consequências advindas,[4] tornou-se um desafio e uma promessa de reconstruir a Europa e devolver seu sentimento de pertença e de identidade perante o mundo.

Foi nesse contexto que nasceu a Comunidade Econômica Europeia - CEE (1957) e que se transformou em UE em 1992. A Educação, ignorada a princípio, porém não esquecida, foi ganhando espaço discursivo nas décadas seguintes, constituindo-se em uma das principais políticas de estruturação dos anseios de transformação cultural da Europa. Ao longo da década de 1990, percebe-se que:

> O processo de europeização apresenta, nesta fase, um significativo potencial de consolidação, concretizado através da legitimação jurídica e formal da integração da educação na esfera de competências da União Europeia, da institucionalização de organismos e instrumentos que facilitam e viabilizam essa intervenção e de instâncias que favorecem a conjugação de interpretações, orientações e formas de atuação, por parte dos Estados-membros (ANTUNES, 2008, p. 21).

As questões relativas ao ensino superior e investigação assumiram grandes proporções em razão das exigências de formação profissional, em um contexto de mercado de trabalho em profundas transformações e uma Europa em crise. Esse olhar especial sobre o ensino superior tornou-se um ponto-chave na constituição de uma pedagogia da União Europeia (MONTEIRO, 2001) e/ou o marco de uma "revolução silenciosa" na educação que mexeu profundamente com a formação em geral (ANTUNES, 2008).

A Declaração de Bolonha (1999) e posteriores regras normativas e políticas que se sucederam ao longo da década de 90 do século passado,[5] constituindo o que comumente se chama de "Processo de Bolonha", foram um marco na constituição de um novo modelo educativo em nível superior, trazendo a definição de princípios educativos supranacionais, submetidos a um modelo econômico globalizante.[6]

A UE tem tentado realinhar-se no contexto de competitividade internacional e na inclusão da chamada sociedade do conhecimento e/ou sociedade cognitiva, como indica o Livro Branco da União Europeia (2000), utilizando-se de estratégias de criação de um novo sistema educativo. A princípio esteve focada nas questões do continente, posteriormente, internacionalizando-se através de parcerias bilaterais e multilaterais com países outros.

A partir de um mapeamento de natureza bibliográfica e das sucessivas legislações adotadas pela EU, procura-se neste texto, levantar enunciados discursivos sobre a atuação desse órgão no contexto do Ensino Superior, especialmente os indicativos de internacionalização desse nível de ensino, bem como a adoção do princípio de inter culturalidade como eixo geral, apontando para a constituição de uma nova ordem educacional.

Processo de Bolonha e internacionalização do ensino superior

As universidades, de natureza multissecular, a despeito de terem compartilhado, ao longo de sua história, vários elementos de ordem administrativa e pedagógica, conseguiram criar modelos próprios dentro de determinadas ordens política, econômica, cultural e religiosa, estabelecendo, por conseguinte, relações diferenciadas

com o Estado, constituindo seus próprios estatutos jurídicos e seus projetos educativos e culturais.

> É visível, com efeito, uma reforma da educação superior à escala europeia, sem precedentes, em que se destaca, em primeiro lugar, uma grande perda de protagonismo dos estados nacionais, a tal ponto que talvez se possa falar de uma espécie de "desnacionalização" da educação superior ou, de outro ponto de vista, de uma decisiva e definitiva "europeização" das universidades e outras escolas superiores, optando por políticas de liberalização e pela necessária harmonização para a emulação e a competitividade, vencendo barreiras e fronteiras tradicionais (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008, p. 12).

Uma breve síntese sobre as intervenções da UE no âmbito do ensino superior indica a passagem do quase esquecimento inicial para um processo acelerado e profundo de transformações nos seios das universidades europeias. As ações políticas e econômicas da Comunidade Econômica Europeia – CEE, instituída em 1957, foram incorporando metas e estratégias de desenvolvimento em outras áreas sociais e culturais, especialmente com a instituição do Conselho de Cooperação Cultural (CCC) -1961/62, constituído por três comitês: Ensino superior e investigação, Ensino geral e técnico, e Educação extraescolar (Juventude, Adultos, Educação Física) (MONTEIRO, 2001).

O Comitê do Ensino Superior e da Investigação, que desde a década de 1960 tem tratado da mobilidade de estudantes e professores com a criação de bolsas e redes de informações, na década de 1970, passou de CCC a ser Comitê Diretor de Cooperação Cultural (CDCC); e em relação ao ensino superior, foram instituídas conferências permanentes para os problemas universitários. Na década de 1990, já no âmbito da UE, foram constituídos quatro comitês: Educação, Cultura, Patrimônio Cultural e Técnico de Atividades Cinematográficas. Além disso, estabeleceu-se parceria entre União Europeia e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, sobre o reconhecimento das qualificações relativas ao ensino superior, desencadeando medidas efetivas de transformação das universidades europeias para renovação do ensino[7], conteúdos e métodos (MONTEIRO, 2001; CARDOSO, 2007).

A Declaração de Sorbonne (1998) constituiu-se em um primeiro passo na definição das políticas europeias para o ensino superior na Europa, tendo como foco a relação formação e educação. A Declaração de Bolonha (1999) , por seu turno, propôs-se a criar o Espaço Europeu do Ensino, adotando sistemas com graus acadêmicos passíveis de possibilitar equivalências, além do estabelecimento de um sistema de créditos que facilitasse a mobilidade de estudantes, investigadores e pessoal administrativo, sem perder o foco da qualidade de ensino, promovendo a cooperação para o desenvolvimento de critérios e metodologias em sistemas comparáveis.

A Cimeira de Lisboa (2000) aprovou o Programa Educação e Formação (2010). Esse documento, reformulado ao longo da primeira década do século XXI, definiu os princípios de formação docente para a constituição de um modelo educativo, mediante a adoção do método aberto de coordenação de cada Estado-nação, através de políticas estabelecidas e aprendizagens mútuas, com uso de referências e de trocas pedagógicas, submetidas à avaliação.

O Programa Formação e Educação 2010 (2000) foi reafirmado em Bruxelas em 2004[8] de modo a formatar um espaço europeu de educação superior compatível e competitivo, capaz de atrair os estudantes tanto da Europa como de outros países, com o desenvolvimento de competências, capacidades e atitudes adequadas a qualquer situação. A aprendizagem ao longo da vida perpassou esse documento como uma realidade concreta, cuja exigência era a validação de aprendizagens anteriores como forma de reconhecimento e de possibilidade de novas oportunidades no âmbito da formação profissional e da educação.

A aprendizagem ao longo da vida teve sua origem na chamada Educação Permanente, apontando elementos revolucionários na medida em que incorporava todas as experiências de vida dos seres humanos, como forma de garantir a equidade de oportunidades, de possibilidades de autogerirem sua formação. Esse programa, com uma visão integrada e vocacionado para o bem-estar das pessoas, sofreu um revés diante da crise econômica,

assumindo característica de formação profissional, focado em atender a emergência de um mercado em franco processo de transformação. Nesse sentido, a aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*) foi incorporada ao campo da formação e da educação como ressaltaram Alcoforado e Ferreira (2011).

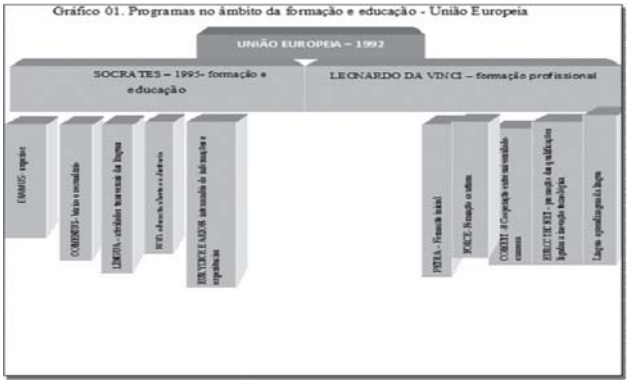
O Programa Educação e Formação 2010 também referenciou o princípio da compreensão intercultural através da cooperação de países terceiros[9] e o *e-learning* como forma de criação de ambientes abertos, necessários e atraentes, potencializando as práticas pedagógicas com a integração das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC. [10]

Na Cimeira de Estocolmo (2001), preconizou-se o desenvolvimento de condições para expansão da educação aberta e a distância, com a criação de novos ambientes de aprendizagem, estendendo-se também em cursos presenciais – de formato misto – entre o *b-learning* e o ensino presencial (VALADARES, 2011). Como ressaltou Santos (2008), trata-se da transnacionalização do mercado universitário, que traz em si como um dos pilares a revolução provocada pelas TIC e a criação, nas universidades convencionais, de cursos a distância ou a instituição de universidades virtuais.

Ao longo dos debates e normatizações desencadeadas a partir de Bolonha, elementos importantes foram sendo trazidos à baila, inclusive incorporando princípios e práticas pedagógicas difundidas em outros momentos históricos e por acadêmicos críticos. No entrevejo de um desnudamento significativo do seu lado político-democrático, o Processo de Bolonha deveria ter permitido uma ampla participação e questionamentos no espaço o universitário, naturalmente definido como espaço de produção do saber, o que não ocorreu. Sua implantação não se deu de forma tranquila, nem impermeável às críticas, pelo seu âmbito da globalização e de uma política neoliberal transnacional que fortalece em primeira e última instância o desenvolvimento capitalista.

Construção de uma política transnacional de ensino superior pela UE

No seio da União Europeia definiu-se a constituição de uma formação articulada com a educação, como a emergência de programas comunitários dentro de duas linhas: SOCRATES (1995), com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento da educação e de uma formação de qualidade em um espaço aberto e de cooperação, e LEONARDO DA VINCI (1994), como uma política de formação profissional. Ambos agregaram outros programas e criaram novos, constituindo um quadro multifacetado de iniciativas políticas no campo da educação e formação, em diferentes níveis e segmentos, para formatar o que tem se constituído uma nova pedagogia europeia.



Fonte: Gráfico construído a partir de informações coletadas em Monteiro (2001).

Nesse cenário, os desdobramentos das políticas emanadas pela União Europeia ocorridos ao longo da primeira década desse século têm provocado, de uma forma ou de outra, mudanças significativas nas políticas públicas de educação no mundo ocidental, em uma clara perspectiva de construção de um sistema educativo mundial (AZEVEDO, 2007), de uma nova ordem educacional (ANTUNES, 2008), de um processo de transnacionalização do mercado universitário (SANTOS, 2008), e de internacionalização educativa (MADEIRA, 2011).

> O espaço europeu do conhecimento, da educação e da formação, da investigação e da mobilidade é uma construção assente num conjunto de iniciativas (cismeiras, reuniões, redes, comunicados, grupos de missão) que encontra num

> conjunto de documentos de carácter supranacional a carta de referência e a agenda para os diversos processos de desregulação/regulação regionais e nacionais (Dale, 1997, Antunes, 2005) (MADEIRA, 2011, p. 100).

A UE cresceu em colaboração com parcerias estabelecidas com outros países em atividades de investigação e relações com instituições internacionais, a exemplo do Programa TEMPUS,[11] para os países vizinhos da Europa, no programa de cooperação bilateral ou multilateral como o EU-EUA/Canadá,[12] O Asia-LinK,[13] o Edu-LinK,[14] os programas ALFA[15] e ALBAN para America Latina[16] e o Programa Nyerere, na África.[17] O Programa ERASMUS MUNDUS, como um novo operador internacional, intensificando as relações internacionais no âmbito econômico e cultural, na questão dos diplomas e certificações (MADEIRA, 2011).

Segundo Ramos (2011, p. 192),

> No quadro do ERASMUS MUNDUS, calcula-se que 1.300 alunos fora da Europa vieram estudar, ao abrigo deste programa. Este aumento da mobilidade internacional estudantil e as alterações realizadas no Ensino Superior na Europa vão ao encontro da Declaração de Bolonha e reforçam a criação de um Espaço Europeu e Mundial de Ensino Superior e a promoção de relações interculturais.

Houve aproximação com a América Latina e com as Caraíbas, em particular com os países do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina), em 1999, em que a "Comissão Europeia afirmou a vontade política de intensificar as relações entre estas regiões, considerando o ensino superior como uma prioridade para actuação no quadro do estabelecimento de parcerias estratégicas" (MADEIRA, 2011, p. 103). No ano seguinte, foi definido o Acordo entre União Europeia - América Latina – Caraíbas - UEALC, com relações bilaterais e multilaterais nesse novo espaço comum, com o propósito de facilitar o trânsito e a circulação de professores, técnicos e alunos, marcando decisivamente a internacionalização da educação superior, o intercâmbio cultural e de redes de informação e investigação.

Uma dessas parcerias deu-se entre a UE e o Brasil e foi ganhando fôlego no final da primeira década desse século, mediante intercâmbios no âmbito do treinamento, culminando com uma declaração conjunta em 2009,[18] na qual se estabeleceram elementos para o diálogo político setorial. O antecedente dessa relação interinstitucional foi o Quadro de Cooperação entre o Brasil e a Comunidade Europeia, instituído em 1992. Nesse documento, explicitou-se a compreensão da educação como desenvolvimento das sociedades e economias baseadas no conhecimento e no desenvolvimento pessoal, e como necessária à coesão social, referendando a necessidade de diálogo entre os parceiros sobre o ensino superior.

No Plano de Ação Conjunta Brasil - União Europeia, em 2008 e 2009, presentificou-se o diálogo setorial para tratar de questões de interesses comuns, eficácia e equidade dos sistemas de educação, internacionalização da educação (mobilidade, princípios de garantia de qualidade, modelos de avaliação de desempenho, oportunidades não formais de aprendizagem, formação e treinamento vocacional). Defendeu-se a construção de conhecimento compartilhado, com a realização de seminários, oficinas de trabalho e reuniões de especialistas uma vez por ano e a realização de estudos comparativos.[19]

Esse mapeamento das políticas e dos programas estabelecidos pela UE, ainda que não exaustivo, traz indicativos importantes em nível mundial para a internacionalização de ações referentes ao ensino superior, assente em pressupostos e princípios que reforçam uma formação discursiva no campo, atravessada pela necessidade e emergência de aprofundar a interculturalidade comunicacional e educacional (RAMOS, 2011), para se construir pontes e diálogos capazes de formular uma nova cultura universitária.

O paradigma da interculturalidade e o ensino superior

As mudanças no ensino superior provocadas nos países membros da União Europeia têm tido um efeito cascata (ANTUNES, 2008) de forma impositiva, e a participação dos protagonistas diretamente envolvidos nas institui-

ções universitárias tem modificado profundamente o perfil da formação através de reformulações nos cursos e ampliação do acesso de estudantes de diferentes situações, países e culturas às universidades.

Nesse sentido, a transnacionalização do ensino superior colocou como grande desafio a incorporação do princípio educativo da interculturalidade para dar conta da diversidade e estabelecer pontos de diálogos e intercâmbios entre os diferentes modelos educativos, historicamente hibernados em sua própria localidade.

A interculturalidade - incorporada inicialmente como um elemento transversal de atendimento aos migrantes em países de acolhimento, especialmente na década de 60 do século passado - passou a ser assumida como princípio educativo, transformou-se em paradigma intercultural no âmbito da comunicação e da educação (RAMOS, 2011).

A noção intercultural é enfatizada por Ramos (2009, p. 151) como uma "relação, um processo, dinâmica, tomada em conta de identidades (individuais e sociais), de interacções entre os indivíduos e os grupos". Isso vem sendo discutido em outras instâncias e organismos internacionais, a exemplo da UNESCO, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, além da União Europeia, que explicita o respeito ao Outro, o sentido de pertencimento a uma comunidade para além do universo local e a formação de sociedades plurais, abertas em novos contextos e cenários de intensificação da mobilidade, das trocas em razão do desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (RAMOS, 2011).

É visível o movimento intercultural que está se proporcionando nas universidades, por imposição ou adesão, e que se constitui também em um desafio do ponto de vista da democratização das oportunidades em nível superior. Como bons exemplos, pode-se citar além do que ocorreu com os programas difundidos e financiados pela União Europeia, o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – no Brasil, que provocou uma reviravolta nas inter-relações entre os diferentes grupos e pessoas que tiveram acesso as universidades, especialmente com políticas afirmativas, dentro de uma estrutura universitária pensada e montada para atender um determinado tipo de estudante. Além de aumentar consideravelmente o acesso às universidades públicas, tal acesso, em 2007,[20] foi feito através de algumas políticas afirmativas:

> O REUNI compreende diretrizes de expansão de matrículas, em especial no turno noturno; diversidade da graduação; mobilidade estudantil ampla; articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; programas de inclusão social e assistência estudantil. (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 135).

Em Portugal, também a exemplo, a expansão do acesso à universidade (AMORIN; AZEVEDO; COIMBRA, 2011), estabelecida pelo Decreto-Lei 64/2006, responsabilizou as instituições de ensino superior pelo acesso, frente à agenda educativa mundial, com o eixo à aprendizagem ao longo da vida. Entretanto, os autores colocam em discussão a qualidade desse acesso, questionando se as instituições mudarão para acolher esse novo público ou se o público terá que se ajustar a essas práticas.

Aproximações e/ou distanciamentos

Os elementos em que estes pilares que assinalamos: interculturalidade, aprendizagem ao longo da vida e a incorporação das TIC nas práticas pedagógicas integram esse cenário atual no contexto do ensino superior da União Europeia e do processo de transnacionalização da educação. Parecem enunciados díspares, mas constituem fundamentos de uma pedagogia europeia que transcende o continente e fomenta o campo da formação discursiva (FOUCAULT, 2000) em nível superior, vincando formação e educação a um mercado transnacional universitário, no dizer de Santos (2008), em que a União Europeia é o principal eixo desse processo.

Essa teia construída de saberes no âmbito da União Europeia e as parcerias estabelecidas com a Organização das Nações Unidas - UNESCO, OCDE, Banco Mundial com países de outros continentes, especialmente pelo princípio da mobilidade de estudantes, professores e técnicos, têm apontado um campo fértil de inclusão da intercul-

turalidade (RAMOS, 2011) como um princípio educativo geral, bem como das TIC como potencializadoras de práticas pedagógicas integradas, transversais e criativas, mediante processos de mediação pedagógica *online* que apontam horizontes antes impensáveis para as trocas e os intercâmbios culturais (SOBRAL, 2009).

São as TIC que também desafiam, na atualidade, a aprendizagem ao longo da vida, exigência de um mercado de trabalho em profundas e contínuas transformações, exigindo sempre um processo de autoaprendizagem, adaptabilidade e flexibilidade, descaracterizando o sentido de carreira para toda a vida. É fundamento do campo de construção de uma autonomia no aprender, no reconhecimento biográfico dos sujeitos e suas experiências e vivências no campo do saber relativo ao trabalho, no vínculo efetivamente estabelecido entre formação e educação.

Esses pilares – aprendizagem ao longo da vida, educação intercultural e TIC integradas às práticas educativas – contribuem para a construção de um modelo educativo que se estende a um indicativo de universalização de saberes, obviamente tendo como carro chefe a Europa (cujo reinado se perdeu ao longo da história). A defesa dessa majestade a saber - como um movimento não só de afirmação enquanto continente, superando as contínuas disputas provocadas pelo nacionalismo exacerbado, mas um continente que tenta se autossuperar na fomentação original de uma comunidade que tecnicamente se apoia e se unifica- ainda não foi devidamente estudada.

Com o efeito dominó da crise econômica e a destruição do estado de bem-estar, a construção da sociedade do conhecimento tão bem desenhada no contexto da UE sofreu encolhimento em várias direções em razão de uma política econômica contraditória e intervencionista, com interferência direta no ensino superior.

Neste sentido, ficaram alguns questionamentos: em que medida esse movimento global em nível superior vai transformar a estrutura e as raízes culturais tão bem fincadas em tradições e construções de relações entre poder e saber dentro das instituições? Como essa política supranacional de arrumar a "aldeia global" da formação e da educação, amarrada no viés economicista, vai superar os movimentos de resistência de outro viés, o humanista, do qual as universidades europeias, em especial, são herdeiras?

Transpondo as fronteiras, os territórios, as circularidades de uma nova arquitetura curricular de incorporação de princípios amplamente defendidos como fundamento de uma prática educativa emancipatória e dialógica, a educação e a comunicação intercultural podem se perder na aparente democratização facultada pelas TIC e pelos programas de mobilidade; porém, como fica a relação entre a identidade (do local) dos contextos históricos dos quais as universidades emergiram e se construíram como saber?

Essas questões emblemáticas em suas formulações e complexas em suas possíveis respostas deixam em aberto essa discussão, como possibilidades de se pensar a formação discursiva no campo superior que traz enunciados marcados pelas irregularidades, heterogeneidades e descontinuidades, no entendimento de Foucault (2005), dentro da formação discursiva que assenta e assevera a tentativa da Europa de manter sua majestade.

Notas

[4] Morin (2005) faz uma análise sobre a cultura e barbárie europeias, especialmente no século XX, fruto do totalitarismo soviético, do nazismo e do fascismo.

[5] Em 2001, o Comunicado de Praga; em 2003, o Comunicado de Berlim; em 2005, o Comunicado de Bergen; em 2007, o Comunicado de Londres; em 2009, o Comunicado de Lovaina; e, em 2010, o Comunicado de Budapeste e Viena. Disponível em <http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c11088_pt.htm>. Acesso em 06 set. 2012.

[6] Sobre a história da globalização, ler Sousa (2004).

[7] Dentre essas mudanças no ensino, a ênfase dada à aprendizagem colaborativa e cooperativa, mediante a metodologia de projetos (GUEDES et al, 2007).

[8] A urgência das reformas necessárias para o sucesso da Estratégia de Lisboa: Relatório intercalar conjunto do Conselho e da Comissão sobre

a realização do programa de trabalho de pormenorização relativo ao seguimento dos objetivos dos sistemas de ensino e formação na Europa. Disponível em <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/04/st06/st06905.pt04.pdf>. Acesso em 08 set. 2012.

[9] Declaração do Parlamento Europeu que estabelece um programa para o reforço da qualidade de ensino superior e a promoção da compreensão de interculturalidade através da cooperação de países terceiros (2004-2008).

[10] Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, em 2003, que adota o programa plurianual (2004-2006) para a integração efetiva das TIC nos sistemas europeus de formação e educação – *e-learning*.

[11] TEMPUS – *Trans-european mobility scheme for university studies*, voltado para a modernização superior de países parceiros tais como Balcãs Ocidentais, Europa Oriental e Região Mediterrânea Central. Disponível em <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/Uni%C3%A3o+Europeia/Tempus/>. Acesso em 07 set. 2012.

[12] Acordo entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América que renova o programa de cooperação no domínio do ensino superior de formação profissional. Tratou-se da nova agenda transatlântica adotada pela União Europeia e Estados Unidos, em 1995. L 346/34 Jornal Oficial da União Europeia, 9.12.2006. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:346:0034:0040:PT:PDF>. Acesso em 08 set. 2012.

[13] Ásia- Link, Programa de Cooperação no Domínio do Ensino Superior entre a União Europeia, o Sul e Sudeste Asiático e a China, com o objetivo de incentivar parcerias e promover o intercâmbio cultural e cooperação econômica.

[14] Acordo firmado entre a União Europeia e os países da África, Caribe e Pacífico, exceto Cuba, com o objetivo de fomentar projetos de cooperação no domínio do ensino superior. Disponível em <http://www.acp-edulink.eu/pt-pt/content/o-programa>. Acesso em 10 set. 2012.

[15] O Programa ALFA (América Latina Formação Acadêmica) é um programa operacional desde 1994, que visa ao estabelecimento de reconhecimento de diplomas e difusão de novas tecnologias da informação, criando várias redes com a América Latina. Disponível em <http://ec.europa.eu/europeaid/who/index_pt.htm1>. Acesso em 10 set. 2012.

[16] Programa de cooperação regional, com bolsas para estudantes da América Latina estudarem na Europa. Disponível.<http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/alban/index_pt.htm>. Acesso em 7 set. 2012.

[17] O Programa Nyerere foi um Plano de Ação para implementação do Quadro de Competência da Parceria África – Índia, destinada a doutoramento e mestrado em Agricultura, fornecendo bolsas para essa finalidade. Disponível em <www.africa-union.org>. Acesso em 07set. 2012.

[18]Declaração conjunta. Disponível em <http://ec.europa.eu/education/external-relation-programmes/doc/jointbrazil_pt.pdf>. Acesso em 11/09/2011. Acesso em 07 set. 2012.

[19] EUBRASIL. V Cúpula Brasil – União Europeia – Declaração Conjunta/Bruxelas. Disponível em <http://www.eubrasil.eu/2011/10/05/v-cupula-brasil-uniao-europeia-declaracao-conjunta-bruxelas-4-outubro--de-2011/>. Acesso em 08 set. 2012.

[20] Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**.** Disponível em <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=2>. Acesso em 10 set. 2012.

Referências

ALCOFORADO, Luís; FERREIRA, Sónia Mairos. Educação e formação de adultos: nótulas sobre a necessidade de descomprometer a cinderela depois do beijo do príncipe encantando. ALCOFORADO, Luís et AL. **Educação de adultos:** políticas, práticas e investigação. Coimbra, PT: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p. 11-20.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Sobre a reforma universitária no Brasil. SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Edições Almedina e GC. Gráfica de Coimbra, 2008. p. 131-138.

AMORIN, José Pedro; AZEVEDO, Joaquim; COIMBRA, Joaquim Luís. E depois do acesso (de "novos públicos" ao ensino superior): a revolução não acabou. **Educação de adultos:** políticas, práticas e investigação. Coimbra, PT: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

ANTUNES, Fátima. **A nova ordem educacional**: espaço europeu de educação e aprendizagem ao longo da vida. Coimbra: Almedina, 2008.

AZEVEDO, Joaquim. **Sistema educativo mundial**: ensaio sobre a regulação transnacional da educação. Vila Nova de Gaia-PT: Fundação Manuel Leão, 2007.

BARROS, Rosanna. As políticas educativas como práticas socais: mapeando as transformações no mandato para a educação de adultos hodierna. ALCOFORADO, Luís et AL. **Educação de Adultos**: políticas, práticas e investigação. Coimbra: Imprensa da cidade de Coimbra, 2011.

CARDOSO, Elizabete Camilo. Procurando eficácia no ensino/aprendizagem no quadro do figurino de Bolonha. VIEIRIA, Flávia (org.). **Transformar a pedagogia na universidade**: narrativas da prática. Portugal: De Facto Editores, 2007. p. 57-77.

FOUCAULT, Michel**. A Ordem do discurso**: aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Arqueologia do saber**. Tradução de Miguel Serra Pereira. Lisboa: Almedina, 2005.

GASPAR, Maria Ivone. Aprendizagem Colaborativa Online. AIRES, Luisa et al. Comunidades de Aprendizagem e identidades no ensino superior. Portugal: Universidade Aberta, 2007.

GUEDES, Maria Graça et al. **Bolonha**: ensino e aprendizagem por projecto. Lisboa: Centro Atlântico, 2007.

LIMA, Licínio; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a02v13n1.pdf>. Acesso em 15 jul. 2012.

MADEIRA, Ana Isabel. **A construção do saber comparado em educação**: uma análise sócio-histórica. Lisboa-PT: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

MONTEIRO, A. Reis. **Educação da Europa**. Porto: Campo das Letras, 2001.

MORIN, Edgar. **Cultura e barbárie europeias**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

RAMOS, Natália. Educar para interculturalidade e cidadania: princípios e desafios. **Educação de adultos**: políticas, práticas e investigação. Coimbra, PT: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p. 189-2000.

_____ . Educar e formar na sociedade multi/intercultural: contributos para a comunicação intercultural e cidadania. In: Machado, Gláucio José Couri; Sobral, Maria Neide (org.). **Conexões**: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: Redes Editora, 2009. p. 15 a 17.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Edições Almedina e GC. Gráfica de Coimbra, 2008.

SOBRAL, Maria Neide Sobral. Pedagogia *online:* discursos sobre práticas educativas em ambientes virtuais de aprendizagem. Machado, G. J. C. (Org.). **Educação e ciberespaço**: estudos, propostas e desafios. Aracaju, Virtus, 2010. p. 3-32. Disponível em http://virtuseditora.net/corpo_editorial_4_4_4.html. Acesso em 23 de janeiro de 2011.

SOUSA, Ivo Carneiro de. Ásia e Europa na história da globalização. Nova Vila de Gaia, 2004.

VALADARES, Jorge. **Teoria e prática de educação a distância**. Lisboa: Universidade Aberta, 2011.

Fontes Documentais Digitais

http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/04/st06/st06905.pt04.pdf. Acesso em 08 set. 2012.

http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c11088_pt.htm. Acesso em 06 set. 2012.

http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:346:0034:0040:PT:PDF. Acesso em 08 set. 2012.

http://www.acp-edulink.eu/pt-pt/content/o-programa. Acesso em 10 set. 2012.

http://ec.europa.eu/europeaid/who/index_pt.htm1. Acesso em 10 set. 2012.

http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/alban/index_pt.htm. Acesso em 7 set. 2012.

http://ec.europa.eu/education/external-relation-programmes/doc/jointbrazil_pt.pdf. Acesso em 11 set. 2011.

http://www.eubrasil.eu/2011/10/05/v-cupula-brasil-uniao-europeia-declaracao-conjunta-bruxelas-4-outubro-de-2011/. Acesso em 08 set. 2012.

http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=2. Acesso em 10 set. 2012.

www.africa-union.org**.** Acesso em 07 set. 2012.